

PROCESSO - A. I. Nº 293873.1208/13-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - SANTAGEN COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0248-01/14
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 24/03/2015

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0074-12/15

EMENTA: ICMS. NULIDADE. FALTA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO LANÇAMENTO. ERRO NA TIPIIFICAÇÃO DO ILÍCITO. Não restaram caracterizados os suprimentos de caixa de origem não comprovada. Imputação feita de forma equivocada e imprecisa. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício contra Decisão da 1ª JJF (Junta de Julgamento Fiscal; Acórdão nº 0248-01/14), que julgou Nulo o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 27/08/2013 para exigir ICMS no valor histórico de R\$ 1.707.480,79, sob a acusação de omissão de saídas tributáveis, presumidas em decorrência de suprimentos de caixa de origem não comprovada.

A Junta (JJF) apreciou a lide no dia 20/11/2014 (fls. 2.117 a 2.128), decidindo unanimemente pela nulidade, de acordo com o texto a seguir reproduzido.

“Inicialmente, observo que o impugnante argui a nulidade do Auto de Infração, tendo em vista a ausência de critério jurídico técnico-contábil ou legal para justificar, com certeza e segurança, a apuração, dos valores supostamente devidos.

Certamente que a adoção pela Fiscalização de critério subjetivo que não permita trazer com certeza e segurança a apuração dos valores exigidos, pode sim determinar a nulidade do lançamento, desde que não seja possível realizar o devido saneamento.

Desse modo, a argumentação defensiva poderia sim prosperar caso, mediante a realização de diligência, não fosse possível revisar o lançamento para corrigir os equívocos apontados pelo impugnante.

Ocorre que, no presente caso, o Auto de Infração acusa o contribuinte de omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada.

Apesar de ter sido imputado ao autuado o cometimento de infração pela prática de suprimento de caixa de origem não comprovada, os elementos que compõem o presente processo, notadamente os demonstrativos elaborados pela Fiscalização, indicam que a matéria fática diz respeito à existência de saldo credor de caixa.

É cediço que o suprimento de caixa é instituto contábil diverso do saldo credor de caixa, haja vista que o suprimento de caixa exige um lançamento contábil, com datas, valores, cuja origem o contribuinte deverá comprovar mediante apresentação de documentação idônea e coincidente em datas e valores quando devidamente intimado pela Fiscalização. Inexistindo comprovação da origem do suprimento de caixa por parte do contribuinte, deve a Fiscalização exigir o imposto por presunção, sendo irrelevante, no caso, a existência de saldo na conta “Caixa”, considerando que o cerne da questão é a comprovação da origem do suprimento, ou seja, o ingresso do Recurso financeiro lançado.

Por outro lado, o saldo credor de caixa, comumente conhecido como “estouro de Caixa”, diz respeito a uma situação irregular que se reflete na escrita contábil, na qual o contribuinte efetua pagamentos com Recursos provenientes de receitas omitidas e contabiliza tais pagamentos sem contabilizar a entrada de dinheiro na conta “Caixa”, o que resulta no seu saldo credor.

Vale dizer que, no caso do Auto de Infração em exame, a Fiscalização apurou omissão de saída de mercadorias tributáveis através de saldo credor de caixa e não omissão de saída de mercadorias tributáveis através de suprimento de caixa de origem não comprovada, conforme a acusação fiscal.

Relevante registrar que a Câmara Superior deste CONSEF já decidiu pela nulidade do lançamento, em situação

idêntica, consoante o Acórdão CS Nº. 0757/01.

Diante do exposto, por não restar caracterizada a efetivação de suprimentos efetuados à conta “Caixa”, portanto, que a autuação não traz a segurança indispensável, sendo a imputação feita de forma imprecisa, considero nulo o lançamento de ofício, na forma do art. 18, inciso IV, do RPAF/BA”.

Em virtude de a desoneração ter ultrapassado o limite estatuído no art. 169, I, “a” do RPAF/1999 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), a 1ªJF recorreu de ofício da própria Decisão, contida no Acórdão 0248-01/14.

VOTO

Verifico, no demonstrativo de fls. 07 a 44 dos presentes autos, que a auditora fiscal cotejou as despesas e as receitas do sujeito passivo, em uma típica auditoria de caixa, lançando o imposto nos períodos em que os ingressos de recursos foram inferiores às saídas. Por exemplo, em março de 2012, considerando o saldo de abertura igual a zero (fl. 07), computou despesas em montante superior às receitas, na cifra de R\$ 25.602,61, o que resultou na exigência de R\$ 4.352,44 de ICMS.

Tal metodologia não se coaduna com a acusação (suprimentos de caixa de origem não comprovada), a qual, conforme muito bem ressaltado pelos julgadores “*a quo*”, guarda relação com fatos (ingressos de recursos) isolados, ocorridos em datas específicas, e não apurados mês a mês, através de comparação entre despesas e receitas.

Tal distinção não é apenas de ordem fática, mas legal, pois a presunção de omissão de saídas tributáveis em virtude de suprimento de caixa de origem não comprovada encontra amparo no art. 4º, §4º, II da Lei nº 7.014/1996, enquanto de saldo credor de caixa no inciso I do mesmo parágrafo.

Portanto, o que o legislador diferenciou o operador jurídico não deve igualar, pelo que tenho como absolutamente acertada a Decisão recorrida, de acordo com o previsto no art. 18, III e IV, “a” do RPAF/1999.

Represento à autoridade competente para que verifique a possibilidade de nova ação fiscal.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **NULO** o Auto de Infração nº **293873.1208/13-2**, lavrado contra **SANTAGEN COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA**. Representa-se à autoridade competente para que verifique a possibilidade de nova ação fiscal.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de março de 2015.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAUJO – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

ELDER DOS SANTOS VERÇOSA - REPR. DA PGE/PROFIS